

10/10/20

Equipas que fazem rastreamento de contactos sem capacidade de resposta. Sintra, Odivelas e Lisboa com “dificuldades”. Mil casos diários serão ultrapassados de forma consistente em outubro

Já há unidades de saúde pública em rutura



Nas unidades de saúde pública faz-se o rastreamento de contactos de todos os infetados para controlar as cadeias de transmissão.

TEXTO RAQUEL ALBUQUERQUE FOTO RUI DUARTE SILVA

Ainda antes de o impacto dos novos casos chegar aos hospitais, é nas unidades de saúde pública, responsáveis pelo rastreamento de contactos, que se sente o embate. São os primeiros a ter noção do aumento, ao terem de

contactar diariamente centenas de infetados para realizar os inquéritos epidemiológicos que permitem saber com quem é que os doentes contactaram e quais desses contactos devem ficar em isolamento. Com o número de novos casos a ultrapassar os 1200 em dois dias consecutivos desta semana, os médicos de saúde pública avisam que as unidades não têm capacidade de resposta e estão a deixar de conseguir realizar os inquéritos em 24 horas, o que impede que as cadeias de transmissão sejam travadas a tempo. “Há já várias unidades de saúde pública em rutura porque não têm capacidade de resposta para o rastreamento de contactos face a este nível de casos. As mesmas unidades da região de Lisboa que tiveram problemas no início do verão têm agora menos recursos do que tiveram enquanto foram reforçadas porque entretanto esses meios foram desmobilizados. Sintra, Odivelas e algumas unidades de Lisboa estão com muitas dificuldades, além de outras na Região Norte”, avisa Ricardo Mexia, presidente da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública (ANSMP). “As autoridades de saúde estão a priorizar os inquéritos epidemiológicos, ou seja, a contactar os casos confirmados. Mas está a ser difícil ligar em tempo útil aos contactos que essas pessoas tiveram. Há situações em que já não é possível fazer todos os inquéritos epidemiológicos no mesmo dia em que chegam, nem em 24 horas. Não é preciso falar com muitos doentes e contactos para encontrar quem esteja à espera que lhes liguem.”

Já em junho, quando o número de casos aumentou na Região de Lisboa e Vale do Tejo, a falta de meios nas unidades de saúde pública, nomeadamente em zonas de maior densidade populacional, como Amadora, Sintra, Loures, Lisboa ou Odivelas, provocou um atraso no controlo das cadeias de transmissão. Perante a falha, o Governo reforçou os meios destas unidades, destacando outros profissionais de saúde, e criou um gabinete de intervenção regional para acompanhar os surtos ativos. Só que esse reforço já não existe, garante Ricardo Mexia. “Foi desmobilizado. E se na altura já era difícil, agora temos mais casos, mais trabalho acumulado e colegas de baixa.”

“Agora prevemos que os mil novos casos diários serão ultrapassados de forma consistente ao longo de outubro”, diz Manuel Carmo Gomes

Face ao atual aumento de casos, uma das recomendações de Manuel Carmo Gomes, professor de epidemiologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, é precisamente uma aposta no controlo das cadeias de

transmissão. “É preciso reforçar as equipas de saúde pública que efetuam a identificação de casos e rastreio de contactos”, afirma ao Expresso.

Ao contrário do que aconteceu em países como Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos ou Espanha, Portugal não chegou a ter um processo geral de recrutamento para o rastreamento de contactos. “É difícil perceber que nada tenha sido feito. Deveria ter sido aproveitado o período mais calmo para recrutar pessoas, mas isso não aconteceu. Só podemos lamentar”, critica o presidente da ANMSP. E considera “insuficientes” os concursos para reforço das unidades do Alentejo e Algarve, com um total de 14 profissionais. Além disso, acrescenta Ricardo Mexia, nem todos os 33 recém-especialistas de saúde pública que, em julho, o Ministério da Saúde disse que seriam admitidos conseguiram terminar o internato.

RISCO DE NÃO TRAVAR A TEMPO

Tal como era estimado, o regresso das pessoas ao trabalho, a reabertura das escolas e uma maior circulação da população têm resultado num aumento de novos casos. Com mais de 1200 novas infeções na quinta e sexta-feira, o país recua para um valor muito próximo do recorde atingido a 10 de abril, com 1516 infeções. Além disso, os internamentos duplicaram num mês e também têm aumentado os doentes em cuidados intensivos.

O Governo voltou a dizer esta semana que esta era a evolução expectável. “Os números são os que tínhamos previsto até que acontecessem já há alguns dias”, disse Mariana Vieira da Silva em conferência de imprensa. Também Carmo Gomes lembra que era “previsível” chegar a este patamar e deixa um aviso. “Prevemos que os mil novos casos diários serão ultrapassados de forma consistente ao longo de outubro.”

O maior risco que o país enfrenta agora, defende o perito, “é não conseguir travar o aceleração da atual taxa de aumento”, para evitar um fluxo excessivo de hospitalizações. “Se os internamentos forem mais espaçados no tempo é melhor. E com a subida dos casos ativos, também aumenta o risco de o vírus chegar a um maior número de indivíduos de risco”, aponta Carmo Gomes, e deixa mais duas recomendações. “É preciso levar muito a sério a proteção dos grupos de risco e evitar aglomerações de pessoas que não sejam absolutamente essenciais, em especial se ocorrerem em recinto não ventilado.”

A resposta ao aumento de casos esperado para outubro deve estar numa estratégia a nível municipal, frisa Carmo Gomes. “Deverá ser guiada por critérios objetivos e com regras de atuação muito rápida. Os critérios permitem o reconhecimento do nível de risco e, a cada nível de risco, deve corresponder uma ação imediata. Tenho esperança de que consigamos ter um esquema destes montado até novembro.”